

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Enquadramento

1. O presente procedimento, tem por objeto a **“Aquisição de bens e serviços com vista à renovação da infra-estrutura informática no âmbito do projeto de Modernização Administrativa, por lotes**
2. No fornecimento e nos serviços abrangidos pelo supracitado contrato, observar-se-ão as cláusulas do contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante.
3. Para além dos regulamentos e dos documentos normativos referidos neste Caderno de Encargos, fica o fornecedor obrigado ao pontual cumprimento de todos os demais que se encontrem em vigor e que se relacionem com o objeto do contrato.
4. A responsabilidade pelo fornecimento e serviços incluídos no contrato, seja qual for o agente executor, será sempre do concorrente e só dele, não reconhecendo o Município de Santa Comba Dão (doravante designado por Entidade Adjudicante) a existência de quaisquer outros que trabalhem por conta ou em combinação com o fornecedor.
5. Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente Caderno de Encargos, serão observadas as disposições constantes das normas legais em vigor.

Cláusula 2.^a

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende o clausulado a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual de consulta prévia, que tem por objeto a **“Aquisição de bens e serviços com vista à renovação da infra-estrutura informática no âmbito do projeto de Modernização Administrativa”**, nos termos do Código dos Contratos Públicos (doravante designado abreviadamente por CCP), republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, nas condições definidas nas Cláusulas Técnicas descritas na Parte II, correspondente aos seguintes lotes:
 - a. Lote 1: Serviços de suporte técnico;
 - b. Lote 2: Alojamento em Cloud;
 - c. Lote 3: Aquisição de equipamentos de Disaster Recovery.



Cláusula 3.^a

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos, designadamente o programa de procedimento e caderno de encargos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo fornecedor.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado abreviadamente por **CCP**) e aceites pelo fornecedor, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
5. Nos termos do artigo 95.º do Código dos Contratos Públicos não serão reduzidos a escrito o(s) contrato(s) correspondente(s) ao(s) lote(s) cujo preço contratual seja inferior a € 10.000.00 (dez mil euros).

Cláusula 4.^a

Prazo contratual

1. O contrato entrará em vigor no dia útil seguinte à comunicação da aceitação, por parte da Entidade Adjudicante, de todos os documentos de habilitação ao Adjudicatário.
2. Sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação, o contrato terminará a sua vigência quando for atingido o primeiro dos seguintes limites:
 - a. Prazo de execução máximo de 36 (trinta e seis) meses;
 - b. Valor do preço contratual.
3. A solução objeto do lote 2, nos termos da cláusula 26.^a do presente Caderno de Encargos, deve ser implementada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sendo considerado o prazo apresentado na proposta adjudicada desde que cumpra o máximo estabelecido, o qual se iniciará a contar da data de entrada em vigor do contrato, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, bem como sem prejuízo da duração da subscrição do serviço de alojamento em Cloud, contratualizado.

4. Os equipamentos objeto do lote 3, nos termos da cláusula 27.^a do presente Caderno de Encargos, deve ser implementada no prazo máximo de 21 (vinte e um) dias, sendo considerado o prazo apresentado na proposta adjudicada desde que cumpra o máximo estabelecido, o qual se inicia a contar da data de entrada em vigor do contrato, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei.
5. Durante o período de vigência do contrato, o fornecedor não pode efetuar qualquer alteração ao preço e às condições acordadas com a Entidade Adjudicante.

Capítulo II

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I

Obrigações do Fornecedor

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 5.^a

Obrigações principais do Fornecedor

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato, decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:
 - 1.1. Executar o fornecimento e/ou os serviços objeto do procedimento com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas Cláusulas Técnicas – Parte II, do presente Caderno de Encargos.
 - 1.2. Executar um serviço e/ou fornecimento de qualidade, de acordo com o previamente contratualizado, prestando informações detalhadas sempre que solicitadas pela Entidade Adjudicante;
 - 1.3. Manter os preços unitários dos bens apresentados na proposta, pelo período de vigência do contrato;
 - 1.4. Executar o fornecimento e/ ou execução dos serviços com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
 - 1.5. Sujeitar-se à ação fiscalizadora da Entidade Adjudicante;
 - 1.6. Designar um gestor de cliente, que servirá de interlocutor com o representante da Entidade Adjudicante, em todos os aspetos da execução do contrato;
 - 1.7. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à Entidade Adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento e/ou a prestação dos serviços objeto do procedimento, ou o cumprimento de outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a Entidade Adjudicante. Sempre que houver interrupção do fornecimento e/ou da prestação de serviços não programada, o fornecedor emitirá, no prazo de 5 (cinco) dias após a interrupção, um



relatório com informação sobre os motivos da mesma, e proposta de calendarização alternativa;

- 1.8. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato, incluindo as exigidas pelos fabricantes dos equipamentos;
- 1.9. Não alterar as condições de fornecimento e/ou execução dos serviços fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
- 1.10. Disponibilizar à Entidade Adjudicante a informação relevante para a gestão dos contratos;
- 1.11. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que é efetuado o fornecimento e a prestação de serviços, assim como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
- 1.12. Comunicar à Entidade Adjudicante qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação de serviços, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- 1.13. Responsabilizar-se quaisquer encargos decorrentes da utilização, na prestação, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças. Caso a Entidade Adjudicante vier a ser demandada por ter infringido qualquer dos direitos acima mencionados, o fornecedor indemnizá-la-á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for;
- 1.14. Garantir a confidencialidade assim como manter sigilo quanto a toda a informação e conhecimento disponibilizados;
- 1.15. Respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional;
2. A título acessório, o fornecedor fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais, informáticos e demais meios que sejam necessários e adequados à execução do fornecimento e/ou dos serviços identificados na sua proposta, bem como ao estabelecimento do sistema de organização indispensável à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
3. No que respeita aos lotes 2, são também obrigações do fornecedor:
 - 3.1. Assegurar a garantia da solução informática a implementar;
 - 3.2. Cumprir o prazo de implementação da solução informática.
4. Para o lote 3, o fornecedor deverá:
 - 4.1. Entregar os equipamentos informáticos, de acordo com as especificações descritas no caderno de encargos;

- 4.2. Cumprir o prazo de fornecimento e assegurar a garantia de todos os equipamentos informáticos objeto do procedimento;
- 4.3. Transportar os bens, para o local indicado pela Entidade Adjudicante.

Cláusula 6.^a

Conformidade e operacionalidade

1. O fornecedor obriga-se a executar o fornecimento e/ou prestação de serviços objeto do presente procedimento nos termos, condições e prazos acordados, em completa observância do prescrito neste Caderno de Encargos e na proposta apresentada.
2. Todos equipamentos devem ser disponibilizados e/ou todos os serviços devem ser executados em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e devidamente instruídos pelos documentos que sejam necessários para a sua boa e integral execução e/ou funcionamento, incluindo instruções/especificações e outros.
3. O fornecedor é responsável, perante a Entidade Adjudicante, por qualquer discrepância verificada entre as condições de contratação por si definidas e as efetivamente contratadas.
4. Todas as despesas e custos inerentes à prestação de serviços e/ou fornecimento são da responsabilidade do fornecedor.
5. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

Cláusula 7.^a

Controlo da execução, acompanhamento e inspeção

1. A Entidade Adjudicante designará um gestor do contrato, que disporá de poderes bastantes para resolver todas as questões que lhe sejam colocadas pelo fornecedor e o qual fará a inspeção e o acompanhamento do fornecimento e/ou da prestação de serviços;
2. Efetuada a entrega dos bens e/ou execução dos serviços objeto do contrato, a Entidade Adjudicante procederá à inspeção qualitativa e quantitativa daquela, com vista a verificar se está em conformidade com as quantidades estabelecidas no Caderno de Encargos e de modo a aferir se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais que se encontram definidos nas Especificações Técnicas e os que constam mencionados na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
3. Durante a execução do contrato, o fornecedor deve facultar à Entidade Adjudicante toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, bem como livre acesso a toda a documentação produzida no âmbito da execução do contrato, podendo fazer-se representar por pessoas devidamente credenciadas para o efeito.



4. A Entidade Adjudicante poderá impor a substituição do gestor do contrato quando este, de forma reiterada, faltar ao cumprimento das suas obrigações ou demonstrar falta de conhecimento das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos, de que resulte prejuízo para o bom e atempado cumprimento das obrigações do fornecedor.
5. O fornecedor não pode invocar qualquer tipo de pretexto resultante de desconhecimento da natureza, importância ou âmbito do fornecimento e/ou dos serviços a realizar, para atenuar a responsabilidade que assume com a execução do contrato.

Cláusula 8.^a

Inoperacionalidades, defeitos ou discrepâncias

1. Se no decorrer da execução do contrato não se comprovar a total operacionalidade do fornecimento e/ou dos serviços objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas Cláusulas Técnicas, a Entidade Adjudicante deve disso informar, por escrito, o fornecedor.
2. No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Entidade Adjudicante, às alterações necessárias para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após o fornecedor proceder às correções necessárias, no prazo respetivo, a Entidade Adjudicante efetua uma nova inspeção de aceitação, nos termos da cláusula anterior.
4. São excluídos de garantia todas discrepâncias que notoriamente resultarem de utilização abusiva ou de negligência da Entidade Adjudicante, bem como todas as anomalias resultantes de fraude, ação de terceiros, de caso fortuito ou força maior.
5. Em caso de anomalia detetada no objeto do contrato, o fornecedor compromete-se a intervir, sem prejuízo do direito ao pagamento de honorários devidos, se a anomalia resultar de facto que não lhe seja imputável.

Cláusula 9.^a

Conflitos de interesse e imparcialidade

1. O fornecedor deve prosseguir a sua atividade de acordo com a lei aplicável e com todas as regras de boa-fé, tomando todas as medidas necessárias para evitar a ocorrência de quaisquer situações que possam resultar em conflito de interesses da Entidade Adjudicante.
2. O fornecedor obriga-se a não praticar qualquer ato ou omissão, do qual possa resultar quaisquer ónus ou responsabilidades para a Entidade Adjudicante ou para os seus direitos e interesses.

Cláusula 10.^a

Confidencialidade e Proteção de Dados Pessoais

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido das entidades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
3. As partes só podem divulgar as informações referidas nos números anteriores, na medida em que tal seja estritamente necessário à execução do contrato, mediante autorização da parte que as haja prestado, ou se forem estritamente necessárias ao exercício do direito de defesa em processo contencioso.
4. No caso previsto no número anterior, as partes devem garantir, em reciprocidade e em condições satisfatórias; a assunção, por escrito, de idêntico compromisso de confidencialidade pelos terceiros que acedam às informações abrangidas pelo dever de confidencialidade.
5. São suscetíveis de serem consideradas informações confidenciais, sem prejuízo de outras que as partes decidam qualificar como tal, as que, a serem divulgadas, possam causar danos a qualquer uma das partes ou a terceiros, ou perturbar o normal desenvolvimento dos trabalhos objeto deste Caderno de Encargos.
6. Cada uma das Partes obriga-se expressamente a tratar e manter de forma absolutamente confidencial toda a informação privilegiada de que venha a tomar conhecimento, abstendo-se de a revelar, total ou parcialmente.
7. As Partes obrigam-se expressamente a utilizar a Informação Privilegiada única e exclusivamente para os efeitos do presente procedimento, abstendo-se de qualquer uso fora deste contexto e independentemente dos fins, quer em benefício próprio quer de terceiro.
8. O fornecedor obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela entidade adjudicante ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.
9. Os dados pessoais a que o fornecedor tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas da entidade adjudicante.



10. O fornecedor compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela entidade adjudicante.
11. As Partes mais se obrigam a garantir que a obrigação de confidencialidade aqui prevista será respeitada pelos seus trabalhadores, colaboradores e/ou qualquer pessoa que, em razão do trabalho ou serviço que preste, possa ter acesso a tal informação.
12. O fornecedor será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência da quebra de confidencialidade, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no presente contrato.
13. O fornecedor obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, a cumprir o disposto no Regulamento Geral da Proteção de dados (Lei n.º 58/2019, de 08 de agosto, doravante designada por RGPD), e demais legislação aplicável, em particular o Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, nomeadamente a:
- Utilizar e tratar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante, única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;
 - Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
 - Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
 - Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a entidade adjudicante esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
 - Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção e tratamento dos dados pessoais tratados por conta da entidade adjudicante contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
 - Prestar à entidade adjudicante toda a colaboração de que este careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter a entidade adjudicante informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa

ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;

- g. Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no caderno de encargos.
14. O fornecedor obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto no RGPD e demais legislação aplicável, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o fornecedor celebre com outras entidades por si subcontratadas.
15. O fornecedor será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.
16. Para efeitos do disposto nos números anteriores, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao fornecedor, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o fornecedor e o referido colaborador.
17. No caso em que o fornecedor seja autorizado pela entidade adjudicante a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.

Cláusula 11.^a

Prazo de dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Seção II

Obrigações da Entidade Adjudicante

Cláusula 12.^a

Obrigações principais da Entidade Adjudicante

Constituem obrigações da Entidade Adjudicante:

1. Efetuar o controlo da qualidade do fornecimento e/ou da prestação de serviços, designadamente no que respeita ao cumprimento das características técnicas, funcionais, entre outras, contratadas;



2. Monitorizar o fornecimento e/ou prestação de serviços, em período regulares, designadamente medir o grau de execução das atividades, anotando os desvios detetados, identificando as causas, solicitando ao fornecedor a introdução de medidas corretivas, se aplicável;
3. Cooperar, prestando com exatidão e atempadamente todas informações necessárias, indicando, entre outras, as circunstâncias que conheça e que razoavelmente deva ter por significativas alterações inerentes ao contrato a celebrar e documentos originais necessários à execução do fornecimento e dos serviços;
4. Efetuar, nos prazos contratualmente fixados, os pagamentos das quantias devidas e quaisquer outros encargos da sua responsabilidade.

Cláusula 13.^a

Preço contratual

1. O preço contratual não poderá exceder o valor base do procedimento, fixado em **8.671,08€ (oito mil, seiscentos e setenta e um euros e oito cêntimos)**, acrescido de imposto sobre o valor acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor, correspondendo aos seguintes valores base por lote:
 - a. Lote 1: Serviços de suporte técnico: 4.980,00€ (quatro mil, novecentos e oitenta euros);
 - b. Lote 2: Alojamento em Cloud: 2.001,50€ (dois mil e um euros e cinquenta cêntimos);
 - c. Lote 3: Aquisição de equipamentos de Disaster Recovery: 1.689,58€ (mil, seiscentos e oitenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos).
2. Pelo fornecimento dos bens e/ou pela execução dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao fornecedor, o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 14.^a

Condições de Pagamento

1. Para efeitos de pagamento, o fornecedor deverá apresentar à Entidade Adjudicante as correspondentes faturas, com a antecedência mínima de 30 dias em relação à data do seu vencimento;
2. Os valores a faturar respeitarão os valores unitários apresentados na proposta adjudicada.

3. A Entidade Adjudicante valida e aprova cada fatura no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a sua receção.
4. Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a apresentação da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento das obrigações.
5. Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida:
 - a. Lote 1: com a execução da(s) intervenção(ões) objeto do contrato;
 - b. Lote 2: com a aceitação, por escrito, da solução implementada por parte da Entidade Adjudicante;
 - c. Lote 3: com a aceitação por parte da Entidade Adjudicante, por escrito, do fornecimento dos bens.
6. Em caso de discordância por parte do Município de Santa Comba Dão, quanto aos valores indicados nas faturas, esta deve comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este último obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à regularização da situação.
7. Se ocorrer qualquer atraso no pagamento da fatura referida, a presente cláusula não autoriza o fornecedor invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações a que está adstrito, salvo nos casos previstos no artigo 327.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo III

PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 15.^a

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, e por valor equivalente ao(s) limite(s) máximo(s) legalmente aplicável(eis).
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade Adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
3. O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.
4. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e a Entidade adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%, de acordo com o definido pelo artigo 329º do CCP.
5. A Entidade Adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.



6. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Entidade Adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes do incumprimento do fornecedor.
7. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 16.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - 3.1. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - 3.2. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - 3.3. Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - 3.4. Manifestações populares devidas ao incumprimento, pelo fornecedor, de normas legais;
 - 3.5. Incêndios ou inundações, com origem nas instalações do fornecedor, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - 3.6. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - 3.7. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais, afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 17.^a

Resolução por parte do Município de Santa Comba Dão

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, nos termos previstos nos artigos 333.º e 448.º por remissão do artigo 451.º, todos do CCP, designadamente, nos casos de:
 - 1.1. Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao fornecedor;
 - 1.2. Oposição reiterada do fornecedor ao exercício dos poderes de fiscalização da entidade adjudicante;
 - 1.3. Incumprimento, por parte do fornecedor e/ou do(s) colaborador(es) por ele a afetar, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas pelos representantes da entidade adjudicante no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução fornecimento;
 - 1.4. Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na Lei ou no Contrato;
 - 1.5. Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;
 - 1.6. O fornecedor se apresentar à insolvência ou esta seja declarada pelo tribunal.
2. A Entidade Adjudicante também pode resolver o contrato por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, ou com fundamento na alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar, conforme artigos 335.º e 336.º do CCP.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.

Cláusula 18.^a

Resolução por parte do fornecedor

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, o fornecedor pode resolver o contrato em caso de:
 - 1.1. Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - 1.2. Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à entidade adjudicante;



- 1.3. Incumprimento de obrigações pecuniárias pela entidade adjudicante, por período superior a 6 (seis) meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
2. O direito de resolução é exercido por via judicial.
3. Nos casos previstos no ponto 1.3., o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada pelo fornecedor à entidade adjudicante, a qual produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se o fornecedor cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato, nos termos dos números anteriores, não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Capítulo IV

PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 19.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo da área de jurisdição da Entidade Adjudicante, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo V

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cláusula 20.^a

Subcontratação e Cessão da Posição Contratual

Na falta de estipulação contratual ou quando outra coisa não resultar da natureza do contrato, são admitidas a cessão da posição contratual e a subcontratação, nos termos no disposto nos artigos 316.º e seguintes do CCP.

Cláusula 21.^a

Comunicações e Notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser escritas e redigidas em português:
 - 1.1. Na fase de formação do contrato devem ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados;
 - 1.2. Na fase de execução do contrato, podem ser efetuadas pelos meios referidos no ponto anterior ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com

aviso de receção para o domicílio ou sede contratual das entidades a identificar no contrato.

2. No caso das comunicações do fornecedor à Entidade Adjudicante, as mesmas devem ser dirigidas ao gestor do contrato, a identificar no contrato.
3. Qualquer alteração das informações de contacto, constantes do contrato, deve ser comunicada à outra parte, por escrito e com aviso de receção.
4. Qualquer comunicação efetuada através de correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita ou eletrónica de dados, considera-se feita na data da respetiva expedição, salvo no que respeita às comunicações que tenham como destinatário a Entidade Adjudicante que sejam efetuadas após as 17 horas do local da receção ou em dia não útil nesse mesmo local, as quais se presumem feitas às 10 horas do dia útil seguinte.

Cláusula 22.^a

Contagem dos Prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 23.^a

Legislação Aplicável

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto e demais legislação portuguesa e europeia, de acordo com a natureza do fornecimento e/ou prestação de serviços a contratar.

Nota: Quando utilizados os termos “deverá/deverão”, os requisitos devem ser considerados como requisitos obrigatórios, sendo este requisito aplicável a todo caderno de encargos.

PARTE II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 24.^a

Enquadramento

1. O presente procedimento diz respeito à **Aquisição de bens e serviços com vista à renovação da infra-estrutura informática do Município de Santa Comba Dão no âmbito do projeto de Modernização Administrativa, por lotes**, correspondente aos seguintes lotes:
 - Lote 1: Serviços de suporte técnico;



- Lote 2: Alojamento em Cloud;
 - Lote 3: Aquisição de equipamentos de Disaster Recovery.
2. No caso de serem referidas marcas, no presente caderno de encargos, as mesmas são meramente indicativas, podendo o fornecedor indicar outros equipamentos desde que de características e especificações iguais ou superiores.

Cláusula 25.^a

Especificações da prestação de serviços relativa ao lote 1: Serviços de suporte técnico

1. A prestação de serviços será faseada ao longo do período do contrato, consoante as necessidades do Município de Santa Comba Dão, devendo ser assegurada a receção de pedidos dos pedidos de intervenção durante 24 horas por dia x 7 dias por semana x 7 meses.
2. Sem prejuízo do número de intervenções mínimas presenciais, os serviços de suporte técnico deverão ser executados remotamente nas instalações do fornecedor, sempre que a presença do fornecedor não se revele necessária. Nas intervenções presenciais a realizar no Município de Santa Comba Dão, com sede no Largo do Município, nº 13, 3440-337, Santa Comba Dão, o fornecedor deverá dotar-se de todos os meios que sejam necessários e adequados à prestação de serviços e necessários à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
3. TEMPO DE RESPOSTA
A prestação de serviços de suporte e manutenção reativa e preventiva aos sistemas do Município de Santa Comba Dão deverá ser assegurada por 24 horas por dia, 7 dias por semana com um tempo de resposta adequado ao nível de criticidade.
O tempo de resposta consiste no intervalo de tempo decorrido entre a receção do pedido de suporte ao helpdesk e o primeiro contacto, seja presencial, por acesso remoto ou telefónico.
4. Os recursos humanos devem possuir um perfil adequado às funções a desempenhar;
5. O suporte técnico deverá ser assumido em 3 níveis:
 - a. 1ª Linha: Detecção de anomalia remota e contacto com o Município de Santa Comba Dão para validação técnica da ocorrência;
 - b. 2ª Linha – Intervenção técnica por perfil Júnior para efeitos de diagnóstico, “troubleshooting” e reencaminhamento ao suporte especializado;

c. 3ª Linha – Intervenção técnica por elemento de suporte especializado, com perfil Sénior e especialista na área de intervenção.

6. O Município de Santa Comba Dão, aquando o pedido de suporte ao HELPDESK, informará o nível de criticidade que será determinado pelo impacto do problema na infraestrutura. Os níveis de criticidade são:

NÍVEL DE CRITICIDADE	DESCRIÇÃO	TEMPO DE RESPOSTA
Baixo	Degradação do serviço, com perda de algumas funcionalidades não essenciais, pequenos cortes esporádicos ou diminuição do seu desempenho; o número e importância dos utilizadores afetados não são significativos face ao universo global de utilizadores	Até 72 horas
Médio	Degradação de grande parte das funcionalidades do serviço; o número e importância dos utilizadores afetados são significativos face ao universo global de utilizadores	Até 14 horas
Alto	Corte do serviço, com uma perda total de funcionalidades ou uma degradação extrema; anomalia com implicações legais ou económicas	Até 10 horas
Muito crítico/ Urgente	Perda total de funcionalidades com impacto na operacionalidade de sistemas muito críticos à operação do Município, o número e importância dos utilizadores afetados correspondem à maioria percentual, face ao universo global de utilizadores	Até 4 horas

O serviço de suporte reativo e manutenção preventiva deverão ser prestados com o tempo de resposta adequado ao nível de criticidade.

7. O fornecedor deverá ainda realizar, pelo menos, duas intervenções preventivas mensais remotas e, no mínimo, uma intervenção trimestral presencial, durante a globalidade do prazo de execução do contrato. As intervenções preventivas devem possibilitar evitar e prevenir eventuais problemas que conduzam a uma paragem do serviço.



8. As intervenções presenciais deverão ocorrer na última semana de cada trimestre, salvo reagendamento prévio por solicitação do Município de Santa Comba Dão.

9. ÂMBITO DO SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO

- a. Receção dos problemas encontrados pelos técnicos do Município de Santa Comba Dão, ou por monitorização remota;
 - b. Identificação/análise/resolução de problemas;
 - c. Correção de bugs, falhas de configuração, atualizações de sistemas operativos, upgrades de networking existentes no sistema;
 - d. Esclarecimento de dúvidas;
 - e. Apoio na resolução de problemas de hardware e software ao nível do Datacenter do Município de Santa Comba Dão (servidores, storage, virtualização, active directory, etc);
 - f. Monitorização do serviço de Cópias de segurança (backups);
 - g. Monitorização dos registos de segurança dos servidores;
 - h. Apoio na identificação de avarias e problemas com a infra-estrutura nas componentes da Rede local;
 - i. Montagem, desmontagem e reiniciação do equipamento, de acordo com as necessidades técnicas para a execução dos trabalhos de reparação;
 - j. Reparação de falhas aplicando correções ou alterações da configuração;
 - k. Identificação de hardware com falhas para posterior substituição;
 - l. Implementação de medidas corretivas de software através de acesso remoto, desde que não existam custos adicionais;
 - m. Realização de verificações de segurança e de toda a funcionalidade do sistema, após conclusão dos trabalhos de reparação;
 - n. Análise de vulnerabilidades trimestrais (última semana de cada trimestre), com entrega de relatórios customizados com a análise de risco e forma de mitigar a vulnerabilidade;
 - o. Apoio no dimensionamento, configuração e análise de novos projetos para o Município, num trabalho de âmbito de consultoria de projeto;
 - p. Elaboração de Relatório Técnico ou fecho de caso, após conclusão da intervenção no período de 24 horas.
10. HELPDESK: O fornecedor deverá disponibilizar ao Município de Santa Comba Dão um ponto de contacto único para comunicação de incidentes e problemas na obtenção de suporte técnico. Neste âmbito, devem estar definidas prioridades para a resolução das quebras de serviço, baseado no impacto e na urgência.
- a. Gestão de incidentes e problemas: deteção, registo e classificação de incidentes; investigação, resolução e fecho do incidente.

Tratamento, escalonamento, seguimento e resolução de problemas.

Cláusula 26.^a

Especificações da prestação de serviços relativa ao lote 2: Alojamento em Cloud

Alojamento em Cloud – Subscrição pelo período de 36 meses

- Alojamento em Cloud em Datacenter em Portugal;
 - Solução de backup compatível com Veeam;
 - Uploads e de downloads sem custos adicionais;
 - Veeam Backup Connect para 1 VM;
 - Espaço a contratar: 1 TB/mês;
 - Retenção: 2 semanas
- Serviços Profissionais
 - Planeamento e Gestão do Projeto
 - Levantamento de pré-instalação;
 - Desenvolvimento de plano de implementação;
 - Análise da origem dos dados de Backup;
 - Gestão de projeto no decurso do mesmo.
 - Configuração do Cloud Backup
 - Workshop “on the job training”
 - Configuração do software de Backup existente;
 - Configuração e testes da consola de gestão Cloud;
 - Elaboração do Backup Job da VM para o ambiente Cloud;
 - Configuração e política de retenção;
 - Testes de restauro;
 - Testes de aceitação.
 - Relatório
 - Atualização da política de backups existente em relatório com nova localização dos dados

Cláusula 27.^a

Especificações da prestação de serviços relativa ao lote 3: Aquisição de equipamentos de Disaster Recovery



1. Os bens objeto deste lote deverão ser novos e em perfeitas condições para os fins a que se destinam e devidamente instruídos pelos documentos que sejam necessários para a sua boa e integral execução, incluindo instruções/especificações e outros.
2. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
3. Com a entrega dos bens objeto do contrato ocorre a transferência da sua posse e propriedade para a Entidade Adjudicante, bem como o risco de deterioração ou perecimento que lhes está associado, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.
4. Equipamentos a fornecer:
 - a. UPS para DR
 - i. Uma unidade UPS tipo RIELLO Sentinel Dual 2200, 2200VA/1980W para DR, ou equivalente, com as seguintes especificações técnicas:
 - Potência de 2200VA/1980W;
 - Tecnologia “On-line dupla conversão”;
 - Instalação em Torre ou em Rack de 19;
 - Carta de rede;
 - Software para gestão e safe-shutdown;
 - Autonomia para 14 Min com 75% de carga;
 - Kit de guias rack universais para bastidores de 600mm a 1000mm;
 - Carta de rede – NetMan 204.
 - b. Bastidor:
 - i. Uma unidade de Bastidor 24U's para Datacenter de DR
 - 1 x OLIRACK19” 24U P 600x1000/Pt.Pf./Pt.Pf./2Pn;
 - Armário Pavimento 19”;
 - Frente: Porta metálica inteira perfurada;
 - Traseira: porta metálica inteira perfurada;
 - Lateral: 2 painéis lisos amovíveis;
 - Perfis de Rack: (4x) verticais de 19” ajustáveis em prof.
 - Niveladores: (4x) reguláveis em altura
 - 1 x régua de energia com 6 tomadas com proteção

5. Garantia técnica

- a. O fornecedor fica obrigado a garantir os bens objeto do contrato, pelo prazo de dois anos a contar da data de entrega/implementação dos mesmos, contra quaisquer defeitos ou

discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos nas Especificações Técnicas – Parte II, que se revelem a partir da respetiva aceitação dos bens.

b. A garantia prevista no número anterior abrange:

- i. O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
- ii. A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- iii. A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- iv. O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
- v. O transporte dos bens ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
- vi. A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
- vii. A mão-de-obra.

